

**NOTA**

---

**Assunto:**        **Relatório de síntese da sessão plenária** <sup>1</sup>  
                      **– Bruxelas, 27-28 de Fevereiro de 2003**

---

**I.    Debate sobre as alterações aos artigos 1.º a 4.º do projecto de Constituição**

**Artigo 1.º**

1.    O Presidente Giscard d'Estaing dá conta das alterações recebidas salientando que não o surpreendeu o facto de o artigo 1.º, como, aliás, o artigo 2.º, ter suscitado tantas propostas de alteração. O artigo 1.º é, com efeito, aquele que define a União e que constitui a base de sustentação de todo o projecto. O Presidente recorda que o Tratado institui uma Constituição. O conteúdo do texto debatido é uma Constituição, que assume a forma jurídica de um Tratado uma vez que, ao contrário de uma Constituição nacional, os poderes conferidos à União provêm dos Estados que celebram o Tratado. O Presidente anuncia que o Præsidium está disposto a clarificar este ponto, redigindo-o de uma forma mais adequada, se for esse o desejo da Convenção. Dado, porém, que o artigo 1.º é já parte integrante da Constituição, não é necessário que nele se faça novamente referência às Altas Partes Contratantes, que figurarão no preâmbulo.
2.    Quanto à definição propriamente dita da natureza da União, o Presidente salienta que grande número de membros da Convenção considera esta definição demasiado tímida, ao passo que outros, tão ou mais numerosos, se opõem ao termo "federais".

---

<sup>1</sup>    O relato integral da sessão plenária pode ser consultado na Internet, no seguinte endereço:  
<http://european-convention.eu.int>.

3. O Presidente constata igualmente que diversos membros da Convenção se pronunciaram quanto à designação a dar ao objecto da Constituição. Com base nesta primeira sondagem, desenha-se uma preferência pela denominação "União Europeia". O Presidente sugere, contudo, que esta questão volte a ser abordada depois de conhecido todo o projecto de Tratado Constitucional.
4. Grande parte dos membros da Convenção participou no debate (ver lista anexa):
- alguns deles defendem que o artigo 1.º ponha mais em evidência que a decisão de constituir uma União decorre da vontade dos Estados e dos povos europeus e sugerem que sejam inseridas no artigo 1.º as menções "Altas Partes Contratantes" e "Tratado". Grande número de membros da Convenção manifesta, ao invés, a sua satisfação perante o recurso ao termo "Constituição";
  - um número considerável de membros da Convenção rejeita a referência aos "moldes federais", considerando que extravasa a realidade actual ou que poderá ser interpretada diversamente consoante os países. Outros, igualmente numerosos, apoiam a redacção proposta, considerando que é adequada e que reflecte a realidade da União Europeia. Alguns dos membros da Convenção propõem definições alternativas, como a de "Federação de Estados-Nação", que, a seu ver, reflectem melhor a realidade europeia e poderão colher maior consenso. Outros ainda propõem que se substitua a noção de "moldes federais" pela de "supranacionais" ou "comunitários";
  - diversos membros da Convenção lamentam que a expressão "união cada vez mais estreita" tenha deixado de figurar no projecto apresentado pelo Praesidium. Recordam que constava do texto fundador da Comunidade Europeia (Tratado de Roma) e que, desde então, sempre fora mantida. O Presidente interroga-se quanto à possibilidade de a manter e de esta redacção ter deixado de produzir efeitos face à da presente Constituição;
  - grande número de membros da Convenção refere o seu apego à designação "União Europeia", bem conhecida da opinião pública, desejando que esta se mantenha e figure no texto final;

- vários membros da Convenção solicitam que os símbolos da União (designadamente hino, bandeira, divisa, moeda, Dia da Europa) sejam objecto de um artigo ou parágrafo complementar. O Presidente manifesta o seu interesse por uma disposição desse teor, salientando porém que conviria que a Convenção se pronunciasse previamente sobre o conteúdo preciso de alguns dos símbolos propostos (nomeadamente sobre o hino);
- grande número de membros da Convenção defende que a noção de identidade nacional referida no n.º 2 do artigo 1.º seja desenvolvida mediante o aditamento de termos complementares (estruturas, natureza e fundamento dos regimes dos Estados-Membros);
- alguns dos membros da Convenção propõem que a palavra "povos" seja substituída por "cidadãos", ou que este último termo seja acrescentado ao actual n.º 1 do artigo 1.º. O Presidente recorda a diferença semântica existente entre estes dois termos;
- alguns dos membros da Convenção sugerem que se preveja, logo no primeiro artigo, a possibilidade de um Estado-Membro deixar de pertencer à União, em circunstâncias e mediante um procedimento excepcionais. Manifestando embora o seu acordo de princípio com a introdução de um artigo dessa natureza, o Presidente refere que seria preferível inseri-lo nas disposições finais da Constituição.

## **Artigo 2.º**

5. O Presidente salienta que a proposta de artigo 2.º suscitou também numerosas reacções, assinalando dois grandes tipos de questões relativas a este artigo:

- o primeiro incide na definição e no teor dos valores mencionados. O Presidente chama a atenção da Convenção para um ponto que se lhe afigura de particular importância. O artigo 2.º deve ser lido tendo em mente a sua estreita associação com o artigo 45.º da Constituição, que estabelece o procedimento de suspensão dos direitos de pertença à União em caso de violação dos seus princípios e valores por parte de um Estado-Membro. Recorda que, no Tratado actual, existe uma relação da mesma ordem entre os artigos 6.º e 7.º do TUE. Consignar no artigo 2.º valores como a "igualdade" ou a "solidariedade", sem os definir solidamente do ponto de vista jurídico, poderia desencadear um processo improcedente contra os Estados-Membros;
- o segundo tipo de debate diz respeito à eventual introdução de uma referência à realidade religiosa. O Presidente regista que grande número de alterações aponta nesse sentido. Embora as formulações propostas sejam diversas, o seu sentido geral é claro. O Presidente refere que o Praesidium debatera também esta questão antes de considerar que, se houvesse que introduzir uma referência que reconhecesse o contributo das religiões para a civilização europeia, seria mais fácil incorporá-la no preâmbulo do que no próprio corpo da Constituição. O Presidente refere também que o Praesidium está disposto a integrar, na arquitectura constitucional, o conteúdo da Declaração n.º 11 do Tratado de Amsterdão, relativa ao respeito do estatuto das Igrejas e das associações religiosas e não confessionais, e a prever a introdução de uma referência ao contributo das referidas Igrejas e associações no título da Constituição consagrado à vida democrática da União;

- quanto à primeira questão suscitada pelo Presidente, muitos foram os membros da Convenção que insistiram para que a lista de valores que consta do artigo 2.º seja completada, mediante o aditamento da "igualdade" ou da "igualdade entre homens e mulheres". Outros mostram-se satisfeitos com a formulação adoptada. Alguns membros da Convenção consideram que a redacção da segunda frase ("Visa ser uma sociedade pacífica que pratica a tolerância, a justiça e a solidariedade") define objectivos, não devendo, pois, fazer parte deste artigo, e que seria preferível inseri-la no preâmbulo;
- o debate sobre a eventual inclusão de uma referência aos valores religiosos é objecto de alguma controvérsia. Muitos são os membros da Convenção que defendem que seja introduzida no artigo 2.º uma menção nesse sentido, considerando-a necessária para recordar os fundamentos dos valores comuns nele consignados. Crêem ainda que deverá ser possível optar por uma redacção que não discrimine ninguém, nessa conformidade, foram avançadas diversas propostas de redacção. Outros, igualmente numerosos, opõem-se terminantemente a essa proposta, seja qual for a redacção escolhida. Salientando a importância de a Constituição reconhecer a liberdade religiosa, consideram que não será este o texto indicado para se fazer menção aos valores religiosos e salientam que a Carta dos Direitos Fundamentais contém já disposições que garantem a liberdade religiosa. Outros ainda manifestam o seu acordo com a proposta do Præsidium, que consiste em prever a introdução de uma referência ao contributo das religiões no preâmbulo da Constituição, e sublinham que seria preferível inseri-la no preâmbulo, e não no artigo 2.º.

### **Artigo 3.º**

6. O Presidente iniciou o debate referindo que, embora as múltiplas alterações apresentadas em relação a este artigo abarcassem uma série de sugestões de aditamentos ou de precisão de diversos objectivos, muito poucas se opunham em concreto à abordagem de base seguida pelo Præsidium. Observou que provavelmente não será possível integrar todos os aditamentos propostos sem tornar o texto ilegível, mas que o debate poderá servir para definir os principais pontos a explicitar melhor no texto.
7. Eis os principais temas realçados no debate:
  - um grande número de membros da Convenção propôs que, no n.º 2 do artigo 3.º, se faça referência à "economia social de mercado" ou, segundo alguns, ao "modelo social europeu"; referiu-se, contudo, que, sob reserva de um aditamento dessa natureza, o actual projecto respeita um equilíbrio político de base;
  - sem contradizer necessariamente a sugestão anterior, alguns intervenientes sugeriram que se aditasse uma referência a uma "economia de mercado aberta, sujeita à livre concorrência" e ao objectivo do "crescimento não inflacionista";
  - grande número de oradores solicitou que, no âmbito do princípio do desenvolvimento sustentável, se refira de forma mais completa o objectivo da protecção e da melhoria do ambiente;
  - numerosos oradores defenderam o aditamento da noção de "coesão territorial";
  - o objectivo do "pleno emprego" foi alvo de um debate controverso, uma vez que grande número de membros da Convenção desejaria substituí-lo pela referência a um "elevado nível de emprego", enquanto que outros se declararam satisfeitos com a fórmula actual escolhida pelo Præsidium, que qualificaram de moderada;

- alguns intervenientes sugeriram que se especificassem domínios de discriminação contra os quais a União deverá lutar;
- segundo alguns intervenientes, conviria referir expressamente diversos elementos do "modelo social europeu", como a luta contra a exclusão social, a promoção da qualidade do trabalho e/ou o acesso à educação, à formação ou a serviços de interesse geral de qualidade;
- uma série de intervenientes opôs-se à menção da "exploração espacial", a fim de não discriminar outros sectores de investigação de igual importância;
- alguns gostariam ainda que fosse incluída uma referência à cooperação transfronteiras das regiões;
- no n.º 3 do artigo 3.º, vários oradores sugeriram que se fizesse referência ao respeito da diversidade não apenas cultural, mas também linguística, e até mesmo aos direitos das minorias;
- quanto ao n.º 4, vários membros da Convenção preconizaram uma redacção mais "aberta" para o mundo. Outros sugeriram que se incluísse uma referência à segurança e/ou à integridade da Europa. Foi várias vezes sugerida a introdução de uma simples referência ao "respeito do direito internacional" e/ou às Nações Unidas e respectiva Carta. Além disso, vários oradores manifestaram preferência por que se mencionem os direitos fundamentais em geral, e não apenas os direitos das crianças;
- diversos oradores preconizaram que se insiram na Constituição as cláusulas que obrigam a União, em todas as suas políticas, a atender às exigências de protecção do ambiente e a promover a igualdade entre homens e mulheres;
- por último, alguns insistiram na importância do princípio de que a União se dote dos meios necessários para atingir esses objectivos e levar a cabo as suas políticas.

#### **Artigo 4.º**

8. O debate confirmou a existência de um amplo consenso favorável a esta disposição, que estabelece a personalidade jurídica da União.

### **II. Debate sobre as alterações aos artigos 5.º a 7.º do projecto de Constituição**

#### **Artigo 5.º**

9. O Vice-Presidente Jean-Luc Dehane iniciou o debate sobre este artigo salientando que o Præsidium procurou exprimir, na mesma disposição, ambas as facetas do consenso que se gerou, ou seja, a integração da Carta na Constituição e uma cláusula que permita à União aderir à Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
10. O debate confirmou a existência de um amplo consenso a favor destes dois elementos. Além disso, numerosos oradores manifestaram preferência quer pela inserção da Carta na primeira parte da Constituição, o que, a seu ver, tornaria mais fácil a redacção dos artigos 2.º e 3.º, quer – hipótese a considerar apenas por alguns, a título de compromisso – por que a Carta constitua uma segunda parte da Constituição, a inserir entre a primeira parte e a parte sobre as políticas da União. Alguns dos membros da Convenção declararam-se, contudo, favoráveis a que o texto da Carta seja incorporado como um protocolo. Houve também quem insistisse quer na importância das alterações de redacção à Carta sugeridas pelo Grupo de Trabalho II, quer na de completar as "Anotações" à Carta redigidas pelo Præsidium da Convenção anterior.
11. Quanto ao n.º 2, uma série de intervenientes preconizou o seu reforço, prevendo a obrigação de a União solicitar a sua adesão à CEDH, a fim de minimizar o risco de bloqueamento da adesão por força da regra da unanimidade. Alguns intervenientes solicitaram, aliás, que este número faça também referência à eventual adesão a outras convenções internacionais em matéria de direitos do Homem.



## **Artigos 6.º e 7.º**

12. Ao apresentar as alterações introduzidas neste projecto de artigo, como, aliás, no contexto do artigo 7.º, o Vice-Presidente Jean-Luc Dehaene fez referência à questão principal de saber se, e em que medida, estas disposições não são redundantes em relação às da Carta. Explicou que o Praesidium considerou, contudo, oportuno incluir na primeira parte essas disposições sobre a não-discriminação e os direitos dos cidadãos, dada a sua importância capital. Sublinhou ainda que, com o seu projecto de artigo 6.º, o Praesidium pretende exactamente confirmar o direito vigente.
13. Esta questão da redundância esteve no cerne do debate, tendo uma série de intervenientes considerado que, se a Carta fosse integrada na primeira parte ou numa nova parte II, se poderia suprimir o actual artigo 6.º e encurtar consideravelmente o artigo 7.º, que, nesse caso, deixaria de enumerar os direitos dos cidadãos. Outros defenderam, porém, que se mantenha a enumeração. Outros ainda observaram, neste contexto, que, em qualquer dos casos, para além dos artigos da Carta, haverá que prever as bases jurídicas necessárias, que retomam as dos artigos 12.º, 13.º e 18.º a 22.º do TCE, o que se poderia fazer na parte da Constituição consagrada às políticas.
14. Em relação ao artigo 6.º, alguns oradores solicitaram que se alargue a proibição a outras formas de discriminação.

### **III. Apresentação do projecto de artigo 24.º e seguintes, sobre os instrumentos**

15. O Presidente salientou que, ao elaborar o seu projecto de Título V, o Praesidium teve sempre em mente o importante objectivo da simplificação, estabelecido na Declaração de Laeken. A sua redacção baseou-se nos resultados dos debates do Grupo de Trabalho, bem como nos do debate do plenário sobre esta questão.

16. O artigo 24.º reflecte o amplo consenso verificado no sentido de uma redução do número de instrumentos de que a União dispõe para exercer as suas competências. Os novos instrumentos aplicar-se-ão a todas as áreas políticas, embora com procedimentos específicos, sempre que a Convenção o considere necessário. Ao mesmo tempo, o Praesidium propôs uma simplificação das designações dos instrumentos. Os artigos introduzem uma distinção mais clara entre actos legislativos e não legislativos e atribuem uma nova designação ao processo de aprovação dos actos legislativos, o "processo legislativo". Ficou claro que haverá algumas excepções a esta regra e que o Praesidium apresentará à Convenção propostas sobre o âmbito de aplicação deste processo e sobre as potenciais excepções.
17. Conforme recomendado pelo Grupo de Trabalho, e apesar de algumas dúvidas manifestadas durante o debate no plenário, o Praesidium propôs a criação de um novo tipo de acto – o "acto delegado". Um dos aspectos importantes da simplificação consiste em garantir que o legislador se concentre no essencial, deixando os aspectos mais técnicos e de pormenor para a Comissão, e mantendo o direito de avocação caso tal se revele necessário. As disposições foram também elaboradas com uma preocupação de maior clareza, especificando que a escolha do instrumento jurídico se deverá pautar pelo princípio da proporcionalidade. Esta série de artigos termina com as necessárias referências à sua publicação e entrada em vigor.
18. O Presidente convidou os membros da Convenção a enviarem comentários e sugestões de alteração desta série de projectos de artigos. Os que forem recebidos até 8 de Março serão tidos em conta na análise das alterações apresentadas antes do debate sobre estes artigos, que terá lugar na sessão plenária de 17 e 18 de Março.

#### **IV. Debate sobre as alterações aos artigos 8.º a 16.º do projecto de constituição**

19. O Vice-Presidente Giuliano Amato deu início ao debate salientando que, de um modo geral, os artigos 8.º e 9.º haviam sido bem acolhidos, embora algumas alterações apontem no sentido de se fazer uma menção mais explícita ao facto de os poderes da União decorrerem directamente das competências que lhe são atribuídas pelos Estados-Membros. Alguns defendem que se suprima a referência ao primado do direito da União, e outros que se fundam os artigos 8.º e 9.º.

20. Os artigos 10.º a 15.º tratam da delimitação de competências. Nenhuma das propostas de alteração contrariou a abordagem do Praesidium. Algumas puseram em causa a necessidade de uma enumeração para as três categorias, ou propuseram que se incluíssem também outras áreas numa ou mais categorias. Diversas alterações questionaram, em especial, a proposta de inclusão das quatro liberdades na área das competências exclusivas. Outras puseram em causa a necessidade de um número distinto que refira a investigação e a cooperação para o desenvolvimento, defendendo que estes dois domínios sejam transferidos quer para as áreas das competências partilhadas, quer para a enumeração das acções de apoio. Outras ainda defendem que se suprima o artigo distinto sobre a coordenação das políticas económicas e/ou o artigo que se segue sobre a PESC, enquanto que outras sugerem que se reformulem estes artigos. Quanto ao artigo 16.º, a maioria dos membros da Convenção parece apoiar que ele seja incluído, embora alguns pretendam alterar o procedimento sugerido.

#### **Artigos 8.º e 9.º: Princípios e aplicação dos princípios**

21. A abrir o debate, alguns dos membros da Convenção referiram que os artigos relativos às competências deveriam clarificar que não é a Constituição que atribui competências à União, mas sim os Estados-Membros, "na" Constituição. Alguns deles aludiram à possibilidade de se especificar melhor o princípio da subsidiariedade, nomeadamente na sua dimensão mais "positiva", ou de o tornar também aplicável no âmbito do exercício das competências exclusivas.
22. Foram apresentadas algumas sugestões sobre a estrutura dos artigos, especialmente para evitar as repetições relativas ao princípio da cooperação leal e à identidade nacional. Diversos membros da Convenção sugeriram que se fundissem os artigos 8.º e 9.º. Outros propuseram que se ponderasse a possibilidade de inserir os princípios da cooperação leal e do primado, bem como o do respeito da identidade nacional, num âmbito mais lato do que o das competências, designadamente no Título I da Constituição. Quanto ao princípio do primado, um dos membros da Convenção salientou o risco de se formalizar e consagrar com demasiada rigidez um princípio desenvolvido pelo Tribunal de Justiça.

### **Artigo 10.º: Categorias de competências**

23. De uma maneira geral, a abordagem e a definição das categorias de competências foram bem aceites. Houve quem se interrogasse quanto à necessidade dos n.ºs 3 e 4 (coordenação das políticas económicas e PESC), uma vez que não se trata de uma categoria de competência propriamente dita.

### **Artigo 11.º: Competências exclusivas**

24. Alguns dos membros da Convenção sugeriram que se altere a denominação da categoria de competências "exclusivas" para competências "próprias" ou "atribuídas" da União. Outros manifestaram preferência pela denominação "exclusivas". Entre os membros da Convenção que preferem os termos "competências próprias", houve quem sugerisse que se acrescentem outros domínios a esta categoria, nomeadamente o mercado interno, a coesão económica e social e o financiamento da União. Outros ainda referiram a PESC e o espaço de liberdade, segurança e justiça. Em contrapartida, houve alguns que formularam reticências quanto ao facto de determinados domínios serem considerados como uma competência exclusiva, designadamente as quatro liberdades de circulação, ou ainda alguns aspectos da política comercial considerados sensíveis.

### **Artigo 12.º: Competências partilhadas**

25. Alguns membros da Convenção preferem que, na categoria das competências partilhadas, que constitui uma categoria residual, não se proceda a uma enumeração dos principais domínios abrangidos. Outros, ao invés, propuseram que se acrescentem alguns domínios, como a luta contra a discriminação, a igualdade entre homens e mulheres, a política de imigração, os serviços de interesse geral, a dimensão fiscal do mercado interno, a protecção contra as catástrofes, a protecção dos animais, etc.. Outros ainda consideram que a saúde pública constitui uma acção de apoio.

### **Artigo 13.º: Coordenação das políticas económicas**

26. Muitos Convencionais propuseram que se considere em bloco a coordenação das políticas económicas, sociais e de emprego. Alguns referiram que não é à União enquanto tal que cabe coordenar as políticas económicas, mas sim aos Estados-Membros, ou quando muito ao Conselho. Outros realçaram a necessidade de não se recuar neste domínio, recordando, nomeadamente, que no actual Tratado se faz referência à "política económica", e não apenas à coordenação.

### **Artigo 14.º: Política externa e de segurança comum**

27. Diversos Convencionais sugeriram que se mencione neste artigo a política de defesa comum.

### **Artigo 15.º: Domínios da acção de apoio**

28. Vários Convencionais consideraram que a categoria dos domínios da acção de apoio não deveria enumerar exaustivamente os domínios abrangidos, a fim de tornar o sistema mais flexível. Alguns ponderaram a hipótese de não excluir *a priori* toda e qualquer harmonização, ainda que mínima, da categoria dos domínios da acção de apoio, tendo outros sugerido que se faça ressaltar a possibilidade de determinadas competências partilhadas darem também lugar a acções de apoio. Outros ainda mostraram preferência pela denominação "competências complementares," em vez de "domínios da acção de apoio".

### **Artigo 16.º: "Cláusula de flexibilidade"**

29. Diversos Convencionais apresentaram propostas alternativas quanto ao processo de aprovação das regras com base nesta cláusula, em especial no que respeita ao papel do Parlamento Europeu e à votação no Conselho (maioria qualificada). Alguns sugeriram que esta cláusula seja reformulada por forma a poder funcionar nos dois sentidos, isto é, também no de reduzir uma competência da União. Outros, que a aplicação dos actos aprovados segundo este processo possa ser limitada no tempo (*sunset clause*). Outros ainda propuseram que se altere a denominação "cláusula de flexibilidade".

## **Artigo sobre o "mainstreaming"**

30. Vários Convencionais preconizaram que se dê destaque, na primeira parte da Constituição, a determinadas cláusulas de competência horizontais que abranjam todas as políticas (*mainstreaming*), designadamente em matéria de ambiente ou de igualdade entre homens e mulheres.

## **V. Próxima sessão da Convenção**

31. O Presidente anunciou que a próxima sessão da Convenção se realizará na segunda-feira, 17 de Março (à tarde), e na terça-feira, 18 de Março (de manhã), e será dedicada à análise do Título V (artigos 24.º e seguintes). O Presidente chamou ainda a atenção para uma nota do Praesidium (CONV 586/03) sobre o programa de trabalho indicativo.
-

**CONVENÇÃO EUROPEIA**

**Sessão plenária – Quinta-feira, 27, e sexta-feira, 28 de Fevereiro de 2003**

**LISTA DE ORADORES**

*Quinta-feira, 27 de Fevereiro*

**I. Debate sobre o projecto de artigos 1.º a 7.º**

- a) Natureza da União, atribuição de competências pelos Estados-Membros e respeito das identidades nacionais**
- b) Definição dos valores e objectivos da União e sua articulação**
- c) Articulação com a Carta e sua integração**
- d) Amplitude da cláusula de não-discriminação**
- e) Definição de cidadania e dos direitos a ela inerentes**

Jens-Peter BONDE - Parlamento Europeu

Josef ZIELENIEC - Rep. Checa (Parlamento)

Ben FAYOT - Luxemburgo (Parlamento)

Gianfranco FINI - Itália (Governo)

Erwin TEUFEL - Alemanha (Parlamento)

Vytenis ANDRIUKAITIS - Lituânia(Parlamento) **(intérprete)**

António VITORINO - Comissão

Sandra KALNIETE - Letónia (Governo)

Caspar EINEM - Áustria (Parlamento)

Alain LAMASSOURE - Parlamento Europeu

Hannes FARNLEITNER - Áustria (Governo)

*(Cartões azuis : Spini, MacCormick, Dybkjaer, Wuermeling)*

Alberto COSTA - Portugal (Parlamento)

Jürgen MEYER - Alemanha (Parlamento)

Dominique de VILLEPIN - França (Governo)

Linda McAVAN - Parlamento Europeu

Goran LENNMARKER - Suécia (Parlamento)

Joschka FISCHER - Alemanha (Governo)

Lamberto DINI - Itália (Parlamento)

Elio DI RUPO - Bélgica (Parlamento)  
Lenka ROVNA - Rep. Checa (Governo)  
Olivier DUHAMEL - Parlamento Europeu  
*(Cartões azuis : Kiljunen, Roche, MacLennan, Borrell- Borrell)*  
Pervenche BERÈS - Parlamento Europeu  
Oguz DEMIRALP - Turquia (Governo )  
Hanja MAIJ-WEGGEN - Parlamento Europeu  
Manuel Lobo ANTUNES - Portugal (Governo)  
Marco FOLLINI - Itália (Parlamento)  
Pat CAREY - Irlanda (Parlamento)  
Pierre LEQUILLIER - França (Parlamento)  
Baroness of SCOTLAND - Reino Unido (Governo)  
Alexandru ATHANASIOU - Roménia (Parlamento)  
Péter BALÁZS - Hungria (Governo)  
René van der LINDEN - Países Baixos (Parlamento)  
Louis MICHEL - Bélgica (Governo)  
*(Cartões azuis : Abitbol, Duff, Barnier, Van lancker, Heathcoat-Amory)*  
Elmar BROK - Parlamento Europeu  
Timothy KIRKHOPE - Parlamento Europeu  
Matti VANHANEN - Finlândia (Parlamento)  
Ana PALACIO - Espanha (Governo)  
Andrew Nicholas DUFF - Parlamento Europeu  
Lena HJELM-WALLEN - Suécia (Governo)  
Michel BARNIER - Comissão  
Elena PACIOTTI - Parlamento Europeu  
Cristiana MUSCARDINI - Parlamento Europeu  
Peter SKAARUP - Dinamarca (Parlamento)  
Neli KUTSKOVA - Bulgária (Governo)  
Sören LEKBERG - Suécia (Parlamento)  
Jozsef SZAJER - Hungria (Parlamento)  
Dimitrij RUPEL - Eslovénia (Governo)  
Johannes VOGGENHUBER - Parlamento Europeu



Peter SERRACINO-INGLOTT - Malta (Governo)  
Jan FIGEL - Rep. Eslovaca (Parlamento)  
Dick ROCHE - Irlanda (Governo)  
Adrian SEVERIN - Roménia (Parlamento)  
*(Cartões azuis : Baroness of Scotland, Tiilikainen, Van lancker, Nagy, Kiljunen)*  
Jens-Peter BONDE - Parlamento Europeu  
Marietta GIANNAKOU - Grécia (Parlamento)  
Jelko KACIN - Eslovénia (Parlamento)  
Antonio TAJANI - Parlamento Europeu  
Edmund WITTBRODT - Polónia (Parlamento)  
Mihael BREJC - Eslovénia (Parlamento)  
Hubert HAENEL - França (Parlamento)  
Henrik HOLOLEI - Estónia (Governo)  
Eduarda AZEVEDO - Portugal (Parlamento)  
Alexander ARABADJIEV - Bulgária (Parlamento)  
Sylvia-Yvonne KAUFMANN - Parlamento Europeu  
Proinsias DE ROSSA - Irlanda (Parlamento)  
Michael ATTALIDIS - Chipre (Governo)  
Danny PIETERS- Bélgica (Parlamento)  
Helle THORNING-SCHMIDT - Parlamento Europeu  
Jacob SÖDERMAN - Provedor de Justiça Europeu  
Manfred DAMMEYER - Comité das Regiões

## CONVENÇÃO EUROPEIA

Sessão plenária – Quinta-feira, 27, e sexta-feira, 28 de Fevereiro de 2003

### LISTA DE ORADORES

*Sexta-feira, 28 de Fevereiro de 2003*

#### **III. Debate sobre o projecto de artigos 8.º a 16.º**

- a) Conceito de categorização das competências; as três listas (duas exaustivas e uma indicativa)**
- b) Conteúdo das listas e casos especiais da política económica, da PESC, da investigação-desenvolvimento e da ajuda ao desenvolvimento**
- c) Princípios que regem o exercício das competências, incluindo a subsidiariedade e a proporcionalidade**

David HEATHCOAT-AMORY - Reino Unido (Parlamento)

Sören LEKBERG - Suécia (Parlamento)

Alain LAMASSOURE - Parlamento Europeu

Teija TIILIKAINEN - Finlândia (Governo)

Joschka FISCHER - Alemanha (Governo)

Michel BARNIER - Comissão

Klaus HÄNSCH - Parlamento Europeu

Lena HJELM-WALLEN - Suécia (Governo)

Josep BORRELL - Espanha (Parlamento)

Hanja MAIJ-WEGGEN - Parlamento Europeu

Andrew DUFF - Parlamento Europeu

Paraskevas AVGERINOS - Grécia (Parlamento)

Manuel Lobo ANTUNES - Portugal (Governo)

Kimmo KILJUNEN - Finlândia (Parlamento)

Alfonso DASTIS - Espanha (Governo)

*(Cartões azuis : Speroni, Van Eekelen, Lopez-garrido, MacCormick)*

Jürgen MEYER - Alemanha (Parlamento)

Carlos CARNERO - Parlamento Europeu

Luís MARINHO - Parlamento Europeu

Pascale ANDREANI - França (Governo)

William ABITBOL - Parlamento Europeu

Valdo SPINI - Itália (Parlamento)

Ben FAYOT - Luxemburgo (Parlamento)

Algirdas GRICIUS - Lituânia (Parlamento) **intérprete**

Dick ROCHE - Irlanda (Governo)

Nicolas SCHMIT - Luxemburgo (Governo)

Joachim WUERMELING - Parlamento Europeu

Neil Nicholas MACCORMICK - Parlamento Europeu

*(Cartões azuis : Baroness of Scotland, Paciotti, Duff, Van lancker, Severin)*

Maria BERGER - Parlamento Europeu

Pierre LEQUILLIER - França (Parlamento)

Baroness of SCOTLAND - Reino Unido (Governo)

Alberto COSTA - Portugal (Parlamento)

Genowefa GRABOWSKA - Polónia (Parlamento)

Erwin TEUFEL - Alemanha (Parlamento)

Anne VAN LANCKER - Parlamento Europeu

Goran LENNMARKER - Suécia (Parlamento)

*(Cartões azuis : Fayot, Wuermeling, Queiró, Barnier, Severin, MacCormick, Beres, Farnleitner)*

Peter SERRACINO-INGLOTT - Malta (Governo)

Marta FOGLER - Polónia (Parlamento)

Reinhard BÖSCH - Áustria (Parlamento)

Henrik HOLOLEI - Estónia (Governo)

Esko SEPPÄNEN - Parlamento Europeu

*(Cartões azuis : Lord Tomlinson, Lennmarker, Kauppi, Méndez de Vigo, Baroness of Scotland, Abitbol, Duff, Barnier)*

Emilio GABAGLIO - Parceiros sociais

Elmar BROK - Parlamento Europeu

Baroness of SCOTLAND - Reino Unido (Governo)

Anne VAN LANCKER - Parlamento Europeu

Michel BARNIER - Comissão

Andrew DUFF - Parlamento Europeu

Neil Nicholas MACCORMICK - Parlamento Europeu

Teija TIILIKAINEN - Finlândia (Governo)

Baroness of SCOTLAND - Reino Unido (Governo)

Elmar BROK - Parlamento Europeu

Goran LENNMARKER - Suécia (Parlamento)

Emilio GABAGLIO - Parceiros sociais

=====